



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Araújo, Iara Maria; Lima, Jacob Carlos; Ferreira Borsoi, Izabel Cristina
Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica
Revista Estudos Feministas, vol. 19, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 705-732
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38121390004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Iara Maria Araújo
Universidade Regional do Cariri, Ceará

Jacob Carlos Lima
Universidade Federal de São Carlos

Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Universidade Federal do Espírito Santo

Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica

Resumo: Neste artigo discutimos as mudanças representadas pela entrada de mulheres no trabalho fabril numa região de industrialização recente, buscando verificar em que medida essa inserção, em um contexto de crise do emprego e em uma região marcada pela informalidade de parte significativa das atividades econômicas, tem influenciado a redefinição dos papéis familiares e acentuado conflitos geradores de violência doméstica. Foram realizadas entrevistas com 14 mulheres que denunciaram algum tipo de violência praticada por seus maridos ou companheiros na Delegacia Regional da Mulher, no município de Crato, CE. Os dados obtidos apontam, entre outros aspectos, que a entrada das mulheres na esfera pública e a autonomia financeira, propiciadas pelo trabalho fabril, tendem a provocar mudanças nos tradicionais papéis de gênero, cujas consequências tem se expressado no questionamento do lugar do homem como provedor, nos rompimentos do grupo familiar e violência doméstica contra as trabalhadoras.

Palavras-chave: operárias fabris; papéis de gênero; industrialização no Nordeste; violência doméstica.

Copyright © 2011 by Revista
Estudos Feministas.

Os estudos sobre trabalho, a partir da reestruturação produtiva e da flexibilização da produção e das relações de trabalho, têm enfatizado o caráter de precarização que, em geral, acompanham essas mudanças. Precarização relativa à perda de direitos sociais vinculados ao contrato de trabalho, à maior intensificação no processo de trabalho, à menor segurança no emprego, à perda da capacidade

organizativa dos sindicatos. A precarização atinge todos os setores da vida social e não apenas o trabalho em si, pois implica uma reordenação da vida dos trabalhadores e da possibilidade de planejar sua própria existência.

Esses estudos têm privilegiado trabalhadores industriais e formais, em regiões de grande concentração operária, onde as mudanças implicaram, concretamente, perdas. Mas uma das consequências dessas transformações tem sido também a realocação de indústrias nas periferias do capitalismo, em regiões sem tradição industrial, sem organização sindical anterior, e onde o trabalho formal sempre esteve restrito a poucos trabalhadores. Em referência a essas regiões, o próprio conceito de precarização deve ser relativizado; se perguntarmos: precarização em relação a quê? Efetivamente os trabalhadores dessas regiões passaram a ter acesso a trabalho formal, com direitos inexistentes anteriormente; não obstante, isso não significa qualidade de vida no trabalho. Geralmente são fábricas de trabalho intensivo, com baixos salários e que só se deslocaram atraídas por incentivos fiscais e pelo baixo custo da força de trabalho local.

Ao mesmo tempo que, de um lado, os/as trabalhadores/as estão sendo submetidos/as a jornadas extensas e a condições inadequadas de trabalho, de outro, eles/as vêm construindo um novo modo de organizar a vida dentro e fora do trabalho, considerando que pela primeira vez, na maioria dos casos, estão inseridos/as na organização do trabalho fabril e no mercado de trabalho formal. Entre as mudanças percebidas cabe destacar a maior participação no consumo, tornado possível a partir de um salário regular atrelado a um contrato formal, que, por sua vez, abre portas para o crédito no comércio local; além de alguns benefícios sociais como cesta básica, plano de saúde, etc. Esses são elementos importantes para que muitos/as trabalhadores/as, apesar do trabalho penoso e extremamente desgastante das fábricas, avaliem que “a vida melhorou muito”, “está um céu” ou “um paraíso”, se comparada ao modo como viviam antes; afinal, agora possuem um emprego com relativa estabilidade, mesmo que esta seja mais desejada do que efetiva.¹

A chegada da fábrica e do trabalho assalariado funciona quase como um “processo civilizatório” no sentido utilizado por Elias,² com a abertura de maiores possibilidades no mercado de trabalho, de especialização e mesmo qualificação no trabalho. A fábrica provoca a construção de novos hábitos não apenas no trabalho, mas também induz à mudança de valores que impactam as relações familiares e afetivas.

¹ Izabel BORSOI, 2005; e Jacob LIMA, 1996 e 2002.

² Norbert ELIAS, 1993.

Neste artigo discutimos as mudanças representadas pela entrada de mulheres no trabalho fabril numa região de industrialização recente, buscando verificar em que medida essa inserção, dentro do mercado formal, em um contexto de crise do emprego e em uma região marcada pela informalidade de parte significativa das atividades econômicas, tem influenciado a redefinição dos papéis familiares e acentuado conflitos geradores de violência doméstica. Analisamos em que medida a inserção da mulher no emprego fabril altera o “equilíbrio” dos papéis na esfera doméstica, uma vez que maridos ou companheiros, em grande parte, atuam em atividades informais, ou encontram-se desempregados, comprometendo a permanência de papéis tradicionais de gênero, papéis estes em que o homem prevalece como provedor e autoridade máxima no grupo familiar.

A pesquisa surgiu a partir de visita exploratória realizada à fábrica para conhecer as tecnologias e os processos de trabalho adotados,³ quando, em conversas com supervisores e uma assistente social, nos foi relatado o crescimento da violência contra as “novas” operárias por parte de seus companheiros. Essa violência era notada porque algumas trabalhadoras faltavam ao trabalho por terem sofrido agressões em casa. Dada a dificuldade de contato com essas mulheres – vítimas de violência – através da própria fábrica, buscamos informações em entidades que trabalham com questões de violência e gênero na cidade. O Conselho da Mulher e a Casa Lilás⁴ foram os pontos de partida através dos quais tentamos obter informações gerais sobre violência contra a mulher na cidade e em particular contra operárias da fábrica. Em seguida procuramos a Delegacia Regional da Mulher criada, em 2003, na cidade de Crato.⁵ Consultando os registros na delegacia, obtivemos os seguintes dados: do ano de 2003 a 2008 foram registrados 403 inquéritos. Desse total, encontramos 24 registros⁶ de violência envolvendo operárias da fábrica. Todas as denúncias foram realizadas pelas próprias mulheres, em muitos casos encorajadas pelos familiares, amigas da fábrica e, em dois casos, por profissionais de saúde que prestaram atendimentos a essas mulheres. A partir dos endereços anotados nos registros, iniciamos contatos com essas mulheres para entrevistá-las, procurando verificar as mudanças percebidas por elas em sua vida de trabalho e pessoal, e tendo como pressuposto que a entrada na esfera pública e a autonomia financeira tendem a pressionar mudanças nos tradicionais papéis de gênero, que vão das adaptações na vida doméstica a rompimentos do grupo familiar.

³ Projeto de pesquisa “Os novos territórios do trabalho”, financiado pelo CNPq entre 2006 e 2008.

⁴ A Casa Lilás é uma ONG que atua na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência contra elas.

⁵ Desde 2001 uma onda de homicídios na cidade de Crato e na região do Cariri chegou a vitimar 13 mulheres em pouco espaço de tempo. Os crimes foram chocantes, impactando a região e o estado do Ceará. A partir de então, uma série de mobilizações envolvendo vários setores dos movimentos sociais organizados vão a público denunciar os crimes e exigir a punição para os culpados. O resultado das mobilizações e denúncias resultou na criação de duas Delegacias Regionais dos Direitos das Mulheres, uma situada na cidade de Crato e a outra na cidade de Juazeiro do Norte, CE.

⁶ Vale ressaltar que esses dados não revelam os números reais de operárias da fábrica que sofreram violência. Nem todas as ocorrências se transformam em inquéritos. Muitos casos são resolvidos no setor de conciliação. De acordo com o responsável pelo setor de conciliação da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Crato, muitas mulheres fazem a queixa, mas não querem entrar com ação judicial e preferem o acordo, o aconselhamento e a orientação em relação a direitos e deveres. Foi impossível detectar o número de operárias que passaram por esse setor devido à ausência de registros.

Essa tarefa se mostrou um tanto difícil, tendo em vista as constantes mudanças de endereços ou os endereços incompletos, o que exigiu tempo maior e busca constante de novos informantes que nos levassem a elas. Geralmente os vizinhos davam algumas pistas, nem sempre precisas, exigindo retornos constantes aos mesmos endereços na busca de mais informações. Assim, das 24 ocorrências com operárias da fábrica, localizamos 14 mulheres, que foram entrevistadas em suas próprias residências. O clima de desconfiança permeou o diálogo no início da conversa. Algumas tinham dificuldades para relatar a violência sofrida, em parte por vergonha, em parte porque o relato implicava reviver fatos que ainda causavam grande sofrimento. Isso, muitas vezes, levava as entrevistadas ao choro e a depoimentos emocionados. Progressivamente, ficavam mais confiantes e se abriam mais, viabilizando as entrevistas.

A fábrica: o emprego desejado?

A chegada de grandes empresas nas cidades interioranas nordestinas na década de 1990 marcou um novo momento da industrialização regional, fora das propostas de planejamento das décadas anteriores, caracterizadas pela concentração de investimentos, em maior escala, junto às capitais. Marcou também o que poderíamos chamar de inserção do espaço regional em fluxos econômicos globalizantes, a partir da implantação de unidades voltadas a exportação de produtos, caracteristicamente de trabalho intensivo e vinculadas a redes nacionais e internacionais de subcontratação.

Houve uma resignificação do espaço regional, antes percebido com poucas possibilidades industriais, dada à inexistência de infraestrutura, distância dos mercados produtores-consumidores e mão de obra qualificada. Tanto a “revolução” informacional quanto a telemática eliminaram a geografia como obstáculo. A formação de mercados globais, por sua vez, tornou a região próxima de mercados potenciais fora do espaço nacional. O Estado investiu em infraestrutura para atender às necessidades empresariais.

A busca por redução de custos e mão de obra abundante, barata e desorganizada tornou a região um novo *greenfield* atraente a novos investimentos, principalmente para aqueles setores industriais mais afetados com a internacionalização econômica, como o vestuário. Diversas unidades industriais de empresas gaúchas e paulistas foram transferidas ou abertas em cidades do interior da região atraídas por generosos incentivos fiscais, além do custo da mão de obra. Enquanto no resto do País discutia-se o crescimento do desemprego

industrial e a precarização das relações de trabalho, assistia-se em estados como Ceará e Bahia o “surgimento” de empregos industriais formais ou pelo menos institucionalizados em cooperativas de produção em cidades antes vistas como improváveis, pois, no máximo, eram lugares com uma tradição artesanal na qual a indústria sempre teve um papel pouco significativo.

⁷ LIMA, 2002; BORSOI, 2005; Iara ARAÚJO, 2006; e Raquel RIGOTTO, 2008.

Pesquisas acerca da formação de novos territórios produtivos⁷ tendo cidades do Nordeste como referências empíricas revelaram a diversidade dos processos decorrentes de um modelo de desenvolvimento marcado pela rápida mobilidade de capitais, no qual as fábricas permanecem num determinado lugar enquanto recebem incentivos fiscais generosos, mudando quando estes terminam, ou quando outros são oferecidos em outras regiões. Inovações tecnológicas e ausência de investimentos físicos, como prédios e terrenos – geralmente cedidos por governos e prefeituras –, tornam o “desmonte” das fábricas um processo rápido e pouco custoso, pois basta retirar as máquinas. Por outro lado, a abundância da oferta de mão de obra barata e relativamente escolarizada na região torna sua substituição algo fácil, uma vez que o trabalho exigido é pouco qualificado e o treinamento se dá em curto tempo. Esse nomadismo do capital é acompanhado pelos trabalhadores que vivem numa situação de migrantes permanentes na busca constante por um posto de trabalho.

Assim, numa região sem tradição fabril, como o Cariri cearense, a abertura de uma grande fábrica causou inquietações e fascínio na população. As inquietações estiveram ligadas ao receio do novo, do desconhecido e das mudanças que a fábrica poderia provocar no lugar. O fascínio decorreu da ampliação do mercado formal de trabalho, extremamente restrito na região, e do status que representaria trabalhar numa grande empresa com equipamentos modernos e um grande número de pessoas. Para as mulheres, isso se constituiu numa oportunidade de inserção no mercado formal, de ampliar a rede de relações sociais, terem autonomia financeira, e, além do acesso a uma “profissão”, aprenderem a operar máquinas, tornando-se operárias.

Curiosidade e encantamento misturaram-se nos depoimentos das trabalhadoras quando falavam da chegada da fábrica e do desejo que tinham de se inserir nesse universo. As falas eram românticas e as representações sobre a fábrica extremamente positivas:

Pra mim, o que é mais gratificante é olhar aquele povão com a bata azul, cada um fazendo um serviço diferente. A bata azul é linda! Pra mim é um paraíso! (Maria).

Para muitas mulheres foi como vencer uma batalha diante do número de candidatos inscritos. Agora, tinham a chance de um emprego formal, com carteira assinada, incluindo benefícios até então nunca experimentados, tais como cesta básica, convênio com farmácia, acesso a atendimento médico e dentário. Em síntese, podiam adentrar o mundo dos direitos e do consumo.

Entre a inscrição e a admissão ao trabalho, o período foi vivenciado com muita expectativa, tensão e até sofrimento:

Sempre existiu essa coisa em torno da fábrica, de todo mundo querer trabalhar lá!... A curiosidade era grande, eu queria entrar lá e saber como era. E lá é bom, a turma pode comprar na farmácia, tem a cesta básica. Então, eu lutei para entrar. Depois que eu entrei, não tenho do que falar, carteira assinada, salário certo, está bom demais! (Maria do Socorro).

Sempre fui louca pra entrar lá, sabe? É como um sonho, você não consegue tirar da cabeça. Sabe quando você quer muito uma coisa? Hoje eu vejo tanta gente que trabalha lá e, como diz o ditado popular, "cospe no prato que come". A Fábrica não é uma firma ruim, ao contrário, paga direito aos funcionários, tem a cesta básica, tem o peru de natal, tem a caixa de chocolate na páscoa... (Maria).

Um aspecto que pode explicar o fascínio pela fábrica está nas relações contratuais formais em contraste com o vivido em ocupações anteriores. Das 14 mulheres entrevistadas, 13 tiveram experiências de trabalho como domésticas, vendedoras de produtos de beleza e de roupas, ou ambulantes – todas as ocupações consideradas desqualificadas e sem vínculo empregatício. Soma-se a isso o fato de essas atividades serem marcadas por relações muito pessoais, envolvendo humilhações, incertezas e privações. A fábrica é percebida então como um lugar de oportunidades, de mobilidade social e de mudança de vida. Ao compararem o trabalho fabril ao que faziam antes, esse é considerado cansativo, mas não pesado ou desgastante. As humilhações continuam, mas aqui estão subordinadas às regras, ao regimento da fábrica em sua impessoalidade burocrática. O emprego é compensador, dados os benefícios oferecidos pela grande empresa:⁸

Eu não sofri muito pra entrar na fábrica. Fiz minha ficha e com uma semana fui chamada. Eu estava lá no sítio, aí disse: Eta! Vou trabalhar! O povo diz que ninguém aguenta trabalhar lá. Quando eu entrei, que comecei a ver, disse: O xente! Isso é moleza! Quem é que não faz isso? Qualquer pessoa faz esse trabalho, qualquer pessoa substitui você. É cansativo? É, mas não é pesado (Maria Neuda).

⁸ Situação semelhante foi encontrada em outro município cearense. Entre os trabalhadores fabris havia, também, a percepção de que o trabalho nas fábricas, apesar de cansativo e exigente, era ainda compensador, se comparado com as atividades realizadas anteriormente, por causa dos salários e dos benefícios garantidos pelo emprego formal em fábricas de referência na região (BORSOI, 2005). O mesmo pode ser constatado na preferência de trabalhadores não qualificados pelo trabalho fabril, visto como "qualificante", atalho a uma formação profissionalizada (LIMA, 1996; Antonio Sérgio GUIMARÃES, 1995).

Ademais, a fábrica não exige experiência anterior, constituindo-se, assim, num atalho para alguma qualificação. Esse detalhe é importante, pois, mesmo que tenham o Ensino Médio completo, muitas se acham despreparadas para desempenhar funções que exigem tempo maior de escolarização.

Onde é que eu vou arranjar outro emprego aqui? Eu tenho o segundo grau, mas quando fiquei desempregada, lavei roupa pra fora pra poder sustentar ela [a filha]. Ainda trabalhei em casa de família e fui mais humilhada que na fábrica e com certeza ganhei menos (Maria Neuda).

Autonomia e subserviência são sentimentos díspares que se coadunam na experiência dessas trabalhadoras. De um lado, estão as conquistas resultantes do trabalho fabril e, do outro, o receio constante da perda do emprego. Elas percebem mudanças em suas vidas após o ingresso na empresa. O emprego formal e o salário certo no final do mês proporcionaram autonomia e mais liberdade dentro da família, alterando hábitos de consumo e de comportamento. Algumas usaram o termo “poderosa” para expressarem a sensação vivenciada. Sentem-se mais livres para tomar decisões em suas relações conjugais, discutindo, agora, não só o casamento, mas também a separação.

A possibilidade de tomar decisões por conta própria e a ampliação de suas perspectivas de vida se refletem nos produtos adquiridos com o salário que recebem. Uma trabalhadora relata que depois que começou a trabalhar na fábrica passou a comprar roupas e acessórios de que gosta, mesmo desagradando o marido. Diz que, se o dinheiro é seu, ela pode decidir o que vai comprar. Decidir, sozinhas, o que fazer com o próprio dinheiro é percebido como uma mudança significativa em suas vidas:

[...] eu me sinto valorizada, eu não tenho assim que chegar pra ele [o marido] e pedir algum dinheiro pra fazer isso ou aquilo, não. Tenho meu dinheiro, eu resolvo da minha maneira, não preciso estar dando satisfação do que vou fazer ou deixar de fazer com o meu dinheiro. Quando não estava trabalhando, até o dinheiro da passagem que eu ia pra escola tinha que pedir pra ele, e hoje não (Ana Paula).

Minha vida mudou muito, comecei a comprar as coisas que eu queria. Qualquer mulher que trabalha se sente mais independente. Peguei amizade com várias pessoas, até com os supervisores, com gente que eu nunca tinha visto antes. Achei muito bom (Andréia).

Antes eu não podia comprar nada, porque sabia que não tava ganhando nada. Como é que ia comprar alguma [coisa] e ter que dar satisfação! Ai é muito chato, você pedir uma coisa pra seu marido e ele tá perguntando: pra quê você quer dinheiro? Hoje eu trabalho, compro as coisas pra meus filhos, não preciso tá dando satisfação nem nada, dou se quiser (Maria Valdevino).

⁹ Chitra JOSHI, 2009, p. 158.

É importante deixar claro que não se trata da defesa de uma conexão reducionista entre trabalho assalariado e empoderamento. Tal qual a posição de Joshi,⁹ entendemos que é necessário compreender a relevância que o trabalho assume na vida das mulheres no sentido de atuar na redefinição da percepção que elas trazem de si próprias e de suas relações com os espaços públicos e privados; “precisamos considerar as maneiras pelas quais as mudanças nas condições de emprego afetam a produção de identidades de gênero, tanto masculinas quanto femininas”.

Entretanto, a autonomia conquistada através do trabalho tem um preço alto: a subordinação às exigências da fábrica por temor constante de perder o emprego. A ameaça se agudiza em alguns períodos do ano quando a empresa reduz a produção e, consequentemente, seu quadro de empregados. As trabalhadoras sabem que os primeiros a serem demitidos são os “mais indisciplinados”, os que produzem menos, os que pedem licença médica com frequência ou que faltam ao trabalho, atitudes que estão na contramão da disciplina fabril. Os depoimentos retratam uma preocupação constante com as metas de produção. Algumas disseram que chegavam a trabalhar mais rápido para produzir mais e, assim, receber elogios dos supervisores.

A experiência do trabalho na fábrica é marcada por demissões e retornos, resultando em tensões, medos e expectativas, interferindo na forma de organizar a vida e nos projetos familiares, que, em muitos casos, tiveram que ser adiados, desviados ou até esquecidos. Afinal, o paraíso cobra seu preço:

Uma vez passei três meses [desempregada], outra vez passei quase um ano. Dessa vez, agora, já tava desesperada mesmo. Tem gente que fala da fábrica. Se eu sair hoje da fábrica eu não falo, porque a fábrica é uma empresa grande. Tem gente que diz que é humilhado. Eu não me sinto humilhada lá dentro, de forma alguma, porque assim, onde você for trabalhar vai ter uma regra. Será que não vai ter em qualquer canto que você trabalhar? Você vai ter uma regra pra você cumprir. Se eu não for capaz de cumprir uma

regra do local onde estou trabalhando, não sou capaz de estar lá. Eu vejo assim. Paga em dia, não passa do dia quatro seu dinheirinho ta lá! (Maria).

A vigilância, a disciplina, o rigor, os riscos que envolvem o trabalho fabril são naturalizados como forma de não entrar em conflitos e evitar problemas no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo que as trabalhadoras se referem ao que consideram boas condições de trabalho, relatam também o outro lado: o excesso de controle – que impede a conversa com colegas do lado –, a atenção concentrada na tarefa para evitar acidentes, o trabalho realizado em pé durante toda a jornada, as humilhações sofridas, contradizendo, assim, o entusiasmo declarado a favor da fábrica. Muitas afirmaram ter trabalhado doentes sem conseguirem afastamento por licença médica.

Sempre procuro fazer meu trabalho o melhor possível pra não ser reclamada, porque se tem uma coisa que não gosto é de ser reclamada, principalmente na frente das pessoas (Ana Paula).

Sabe, eles não querem saber se você está doente, eles não estão nem aí! Eu já trabalhei com quase 40 [graus] de febre e não deram atestado ou mandavam pro médico. Não podia conversar ou sentar porque eu trabalhava em pé (Maria do Socorro).

E o mais negativo que eu acho é que tem muito comentário, a pessoa tem que ficar calada, qualquer coisinha que você falar, quando chegar lá na frente já distorceu tudo (Patrícia).

O que chama a atenção nesses comentários é a violência simbólica praticada dentro da fábrica, que se traduz na excessiva exigência de produção, nas condições de trabalho inadequadas e nas humilhações; aliás, problemas frequentes nas empresas, que afetam a saúde física e mental dos trabalhadores.¹⁰

A casa e a fábrica: lugares para novos papéis sociais de gênero?

Assiste-se hoje à emergência de uma nova divisão sexual do trabalho? Essa questão vem matizando as discussões sobre trabalho e gênero no mundo inteiro, principalmente em função do aumento substancial nas taxas da atividade feminina nos últimos trinta anos. Para Hirata,¹¹ há uma tentação a responder afirmativamente a essa questão; no entanto, algumas ressalvas devem ser consideradas. Se entendermos por trabalho não apenas a atividade profissional fora de casa, mas também as tarefas domésticas, não apenas o trabalho assalariado e formal,

¹⁰ Margarida BARRETO, 2003; Regina MACIEL et al., 2007; e RIGOTTO, 2007.

¹¹ Helena HIRATA, 2002.

mas também o não assalariado e o informal, a resposta torna-se mais complexa, pois o advento de um novo paradigma da divisão sexual do trabalho pressupõe uma nova divisão sexual do trabalho em todos os espaços, o que torna essas mudanças um processo de longo prazo.

Uma pesquisa do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (INSEE), denominada "Uso do tempo," realizada em 1986 e 1999 na França, aponta que nesse período a mudança foi pouco significativa; considerando que em 1999 os homens dedicavam apenas dez minutos a mais por dia às atividades domésticas, comparativamente às mulheres. No Brasil, o quadro não é diferente. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2003, embora as mulheres representem 43% da população economicamente ativa (PEA), as responsabilidades domésticas e socializadoras ainda são atribuídas a ela pela sociedade, cabendo aos homens uma participação esporádica.¹²

¹² Lais ABRAMO, 2006.

Nas fábricas instaladas no Ceará, a presença de mulheres no contingente de trabalhadores contratados é significativa. Na fábrica estudada, 43% de seu quadro funcional é composto por mulheres, situação comum no setor calçadista, com variações para baixo e para cima. Embora sejam preferidas em atividades que exigem determinadas habilidades tidas como "naturalmente" femininas, tais como a costura e a revisão, às mulheres têm sido confiadas quase todos os tipos de tarefas, exceção feita àquelas consideradas mais pesadas, que, neste caso, costumam ser atribuídas aos homens. Mesmo assim, algumas relatam que não são poupadas de certos trabalhos que exigem força e/ou oferecem maiores riscos de acidentes.

Eu trabalhei em vários setores e o mesmo que as mulheres faziam tinha homens fazendo também. Se tiver diferença, é muito pouca, porque tudo o que o homem faz lá dentro a mulher faz também. Se é pra pegar na lixadeira a mulher pega também, se é pra pegar peso a mulher pega também. Lá todo mundo faz as mesmas coisas, eu passei num setor e tinha um homem trabalhando do mesmo jeito que eu trabalhava, só não na parte da costura (Maria Edileusa).

Tem setores que o trabalho é mais pesado, é pra homem, né? Como a rachadeira. Lá é mais homem. Na montagem também, tem bastante homem, mas só que também tem mulher. Na costura é mais pra mulher, mas tem homem também, tem costureiro (Eliane).

Tem coisa que não dá pra mulher fazer, só homem pode fazer, mas muita coisa que o homem faz a mulher faz do mesmo jeito, não tem tanta diferença não (Maria Neuda).

Os homens dizem que a gente não pega peso, mas a gente pega caixas de material pesado (Andréia).

¹³ Vera TELLES, 1994.

Se no espaço da fábrica tornou-se difícil saber o que é trabalho de homem e trabalho de mulher, no espaço doméstico a definição de papéis parece bastante demarcada, tendo por base uma divisão do trabalho pautada nos aspectos sexuais e etários. Para Telles,¹³ a família estruturada e hierarquizada em seus papéis tradicionais define um paradigma de moralidade e um modelo de autoridade centrados na figura do chefe provedor. É essa figura que é tomada como referência para a construção das identidades do homem, da mulher, do adulto e da criança. Essas identidades estão relacionadas com determinadas responsabilidades, atributos, deveres e obrigações; estão também entremeadas por relações e interações simbólicas que definem os lugares na hierarquia de posições. Dessa forma, são definidos códigos de conduta e critérios de julgamento, o que permite definir o que é socialmente legítimo ou ilegítimo.

Na perspectiva das operárias, as responsabilidades pelo sustento da família devem ser compartilhadas, o que envolve a complementaridade entre homem e mulher. Seu lugar na família não deve, então, se restringir ao cuidado da casa e dos filhos. Inclui também o trabalho para ajudar a prover a família, o que permite a elas se perceberem mais independentes e autônomas. Avaliam que o fato de o homem ser, comumente, identificado com a figura de autoridade não implica que a mulher seja privada de autoridade. Nesse caso, existe uma divisão complementar de autoridade entre o homem e a mulher na família, que corresponde à diferenciação entre a casa e a família.

Na experiência dessas mulheres, a entrada no mundo do trabalho aconteceu por força das circunstâncias de sobrevivência, ainda na família de origem. Permaneceram trabalhando após formarem uma nova família. Se suas experiências de trabalho são marcadas por ocupações desqualificadas, informalidade e intermitência no emprego, a situação dos cônjuges também segue o mesmo percurso. As ocupações variam de pedreiros, vigilantes, ferreiros ou moto-taxistas. Muitos acabam fazendo "bicos" para se manterem durante os períodos de desemprego. Em alguns casos, a situação de trabalhos esporádicos é permanente.

Diante desse contexto, a inserção da mulher no mercado formal de trabalho consiste num diferencial, pois seu salário deixa de ter um caráter complementar para se tornar, muitas vezes, a renda fundamental para o sustento da família. Isso influi na representação dos papéis familiares, como mostra o depoimento abaixo:

Ele [marido] sente muito, fica até estranhando, aborrecido dentro de casa, porque não tá ganhando, porque é só o meu salário. Vai fazer dois meses que ele está assim. Estava trabalhando e deram baixa na carteira dele e até agora não recebeu nenhuma parcela. Aí isso tá incomodando muito ele (Ana Paula).

A complementaridade, referida pelas mulheres, tem que ser, de fato, entendida como “ajuda”, condição que não exige o homem de assumir sua posição de provedor. Nos casos em que o homem se afastou da condição de provedor, houve conflitos familiares, fato ocorrido com 13 das 14 entrevistadas. Quando o homem não estava arcando com os deveres correspondentes a essa posição, sua autoridade foi questionada. A mulher, então, passou a se sentir desobrigada à obediência normalmente esperada, e também a perceber que podia compartilhar as responsabilidades financeiras no espaço doméstico.

Por que a mulher não pode ajudar? Ela pode ajudar, sim! É assim que eu vejo, tá entendendo? Crescer juntos. Se ele botasse as coisas aqui dentro de casa, não tinha nada demais eu botar também, a gente era uma família, um lar (Maria Neuda).

Nós conseguimos muito, nós dois juntos, tá entendendo? Até o momento que ele foi pra farra, aí as coisas começaram a não dar mais certo (Maria Neuda).

As ocorrências de abusos de direitos e descuido nos deveres são relatadas pelas mulheres como relacionadas a situações de desemprego, de uso excessivo de bebidas alcoólicas, de gastos com farras e de agressões.

Nas situações em que as mulheres assumiram a responsabilidade econômica da família ocorreram modificações importantes no jogo de relações de autoridade, pois a autoridade masculina foi abalada, uma vez que o homem não pode, de fato, prover o sustento da família. Embora essa condição garanta mais poder às mulheres, a situação não é percebida, por elas, como simples reversão dos papéis familiares, mas como fracasso masculino.¹⁴

O papel do homem é sustentar a família, e não a mulher, mas hoje em dia são as mulheres que estão sustentando e os homens só dentro de casa dormindo (Maria da Penha).

Nesse caso, a perda do emprego é vista como mais severa para os homens, devido à identidade de provedores socialmente atribuída a eles. Essa percepção se modifica quando as mulheres assumem a responsabilidade financeira pela família diante da impossibilidade de o

¹⁴ Ao abordar as discussões relativas ao “homem provedor”, JOSHI, 2009, argumenta que os vários textos produzidos nas décadas de 1970 e 1980 sobre a temática questionaram o determinismo da posição que encara a configuração da família como produto do inexorável capitalismo. Para a autora, diferentes forças históricas interferem nas definições e especificidades das várias formas de família no interior do sistema. Esse debate inquieta os estudiosos que se debruçam sobre o tema de gênero e trabalho, considerando a diversidade de práticas provedoras, o que aponta para a não consideração de uma norma reguladora.

¹⁵ Para Carole PATEMAN, 1993, na sociedade burguesa as ideias de cidadania e contrato social foram firmadas num contrato sexual que subordinava e excluía as mulheres da esfera pública. Dessa forma, a ideia do homem provedor é fundamental para sustentar as demarcações entre espaço público e privado, local de trabalho e espaço doméstico dentro da sociedade.

homem fazê-lo. Assim, na condição de provedoras, a perda do emprego, para elas, embora se assemelhe à do homem enquanto problema, não assume a mesma dimensão no sentido cultural, pois elas, na maioria das vezes, retornam às atividades domésticas e de complementação de renda, sem as implicações simbólicas que, comumente, acompanham os homens.¹⁵

Entretanto, mesmo quando assume a função de provedoras, nas situações de desemprego dos maridos, é exigido das mulheres que elas desempenhem os papéis tradicionais de mães e donas de casa. Essa situação gera insegurança e sobrecarga para elas e algumas alegam problemas de saúde decorrentes desse acúmulo de responsabilidades:

Porque é muito chato chegar 1h30 da manhã em casa, [se preparar] pra deixar as crianças na escola [logo de manhã], almoço encaminhado e tudo pra eu ir pra escola, pra quando eu voltar, terminar o almoço pra poder dar à hora de ir trabalhar. Ele fica reclamando quando chega em casa que o almoço não está pronto. Eu vou levando até o dia que der certo. Que é cansativo é, mas... (Ana Paula).

Porque tem homem que ajuda a mulher, né? Faz uma coisa dentro de casa, lava uma louça, ele podia ensinar uma tarefa à filha dele, né? Tudo em cima de mim! Às vezes eu digo assim: o que ainda me sustenta hoje de pé é ela [a filha]. Se eu cair, quem é que vai cuidar dela? Se não, eu já tinha me deitado numa rede e não parava mais de chorar, mas como eu sei que eu tenho ela e que depende de mim (Eliane).

Tem dia que eu estou tão estressada, que você chega em casa já vem com aquela vontade tão grande de dormir. Até agora ela [filha] já está com mais tarefa por causa da criança [filho], esse menino tem um ano e sete meses. Aí ela quem está ficando à noite com ele, ela estuda de manhã [referindo-se à filha de doze anos que fica com o irmão pequeno] (Ana Paula).

Outro aspecto destacado aqui é o cuidado dos filhos e a preocupação com seu futuro, uma atribuição que, geralmente, pesa mais para as mulheres. Os filhos são, muitas vezes, a motivação para elas se manterem no trabalho e resistirem às adversidades. Algumas afirmam que passaram a "ter mais responsabilidade" porque pensam na segurança e no sustento dos filhos, especialmente no caso das mulheres que se separaram dos maridos.

Assim, porque eu passei a ter mais responsabilidade, eu sabia que tinha dois filhos, aí eu tinha que botar a cabeça pra frente e não pra baixo (Maria do Socorro).

Eu queria... Eu queria, não; eu quero que eles estudem, pra eles terem algo melhor (Ana Paula).

Para as entrevistadas, o futuro dos filhos está na formação escolar, pois é isso que irá garantir a eles um emprego melhor. Apesar da atração exercida pelo emprego na fábrica, reconhecem que se trata de um emprego para quem não dispõe de melhor situação dentro do mercado de trabalho, ou para quem detém um capital cultural restrito; para seus filhos, elas almejam melhores possibilidades de trabalho e de qualificação. A fábrica, então, perde todo seu encanto:

Isso é a última coisa que eu quero pra ela, porque o que eu puder fazer pra adiantar os estudos de meus filhos eu vou fazer. Que se tem uma coisa que eu me arrependi na minha vida é de não ter continuado meus estudos assim... Ter terminado no tempo certo (Cícera Félix).

Assim, eu falo muito pra meus filhos, brigando com eles pra eles estudarem, incentivando e tudo: "hoje, se mainha tivesse terminado os estudos eu já tinha feito vestibular, tinha capacidade, tinha coragem de ir ao mercado, ir atrás de um emprego melhor. Mainha não vai porque sabe que não tem aquela capacidade pra enfrentar um emprego, que seja mais" (Ana Paula).

A fábrica desencantada é a fábrica real. É a melhor opção numa situação de falta de melhores perspectivas, dadas as condições objetivas de vida. Não mais uma opção de futuro.

Mulheres no trabalho fabril: novos e velhos rótulos¹⁶

A fábrica é percebida pela população local e pelos próprios trabalhadores de forma dúbia: de um lado, como possibilidade de emprego com direitos, o que é até motivo de certo entusiasmo; de outro, como lugar que possibilita a emergência de preconceitos, uma vez que ela é associada aos espaços públicos, à rua, onde a multidão torna-se perigosa, não apenas politicamente, mas moralmente. É a promiscuidade do coletivo. Segundo Da Matta,¹⁷ "‘casa’ e ‘rua’ são palavras que não designam apenas espaços geográficos, mas entidades morais, esferas de ação social, podendo despertar emoções e reações diversas".

Não é de hoje que se atribui à mulher trabalhadora comportamentos tidos como moralmente inadequados. Também são antigas as histórias sobre mulheres assediadas em locais de trabalho por patrões e supervisores. Rago,¹⁸ ao discutir as condições de trabalho de operárias fabris, durante

¹⁶ Utilizamos o conceito de rótulo atribuído de Howard BECKER, 2008, p. 22, no qual o chamado comportamento desviante existe a partir da atribuição do rótulo e não do ato em si.

¹⁷ Roberto DA MATTA, 1987, p. 54.

¹⁸ Margareth RAGO, 2007.

as primeiras décadas do século XX no Brasil, mostra que as denúncias relacionadas às condições de trabalho, e noticiadas na imprensa operária, incluíam maus tratos contra mulheres e crianças, baixos salários e também assédio sexual praticado por contramestres e patrões. As mulheres eram retratadas na imprensa como “mocinhas infelizes” e “frágeis”. Para os patrões, elas eram “perigosas e indesejáveis”; para os militantes políticos, “passivas e inconscientes”; e, por fim, para os médicos e juristas, elas eram “perdidas e degeneradas”. A fábrica, por sua vez, era descrita como “antro da perdição”, “bordel” ou “lupanar”.

Os discursos construídos, fundados em códigos sociais e morais e em noções de certo e errado típicas daquela época, colocavam o espaço público como uma esfera essencialmente masculina, da qual as mulheres poderiam participar como meras coadjuvantes, desempenhando papéis tidos como menos importantes.

Passado quase um século, ainda é possível deparar-se com uma realidade semelhante à referida acima. No início do século XXI, a fábrica, numa cidade sem tradição industrial,¹⁹ ao recrutar mulheres solteiras e casadas, ainda consiste em ameaça às condutas sociais tidas como moralmente aceitas pela população local.

O ambiente fabril é considerado, tanto por mulheres como por homens, como um ambiente perigoso e que põe em risco a conduta das mulheres, principalmente a das casadas. A fábrica é um “bordel”, um “galinheiro”, porque nela trabalham mulheres “galinhas” e homens “mulherengos”. Para os homens, o adjetivo atribuído a eles pode até soar como elogio, pois, de certo modo, atesta sua condição de “macho”. Para as mulheres, ao contrário, os adjetivos são pejorativos e apenas indicam que elas são “fáceis”.²⁰ Essa situação resulta em histórias de traições, conflitos conjugais, separações e até demissões de trabalhadores, quando envolvidos diretamente no conflito amoroso. Para evitar tais problemas, a fábrica estabeleceu regras proibindo os namoros em suas dependências, o que, para as entrevistadas, não impediu que os envolvimento amorosos continuassem a ocorrer.

As mulheres temem ser alvo de comentários negativos e se defendem fazendo afirmações como: “sou uma mulher trabalhadora, honesta” e “existem vários níveis de mulheres”. Elas relatam que, no início, a fábrica admitia “todo tipo de mulher” e fazem referências a mexericos, que se tornaram voz corrente na cidade, que sugerem que algumas mulheres contratadas naquele período trabalhavam também num prostíbulo, fato que, segundo elas, acabou depondo contra as trabalhadoras da fábrica.

¹⁹ Em entrevistas com operários em cidades com maior tradição industrial como Recife, na década de 1980, a mulher operária era percebida igualmente de forma dúbia. O fato de ter que trabalhar na fábrica revelaria certa fragilidade econômica, geralmente mulheres sozinhas e com filhos, o que a estigmatizaria moralmente como disponível sexualmente (LIMA, 1996).

²⁰ BORSOI, 2005, aponta realidade semelhante em relação a trabalhadoras de fábrica em outro município cearense.

Falam mal das mulheres de lá, dizem que a comida de lá esquenta as coisas das mulheres (Cícera).

Eu não vejo como galinheiro, porque é assim: falam das mulheres que trabalham lá, e eu que trabalho lá, eu não vejo assim. Tem coisa errada? Tem! Tem mulher desmantelada? Tem! Tem mulher séria? Tem! É porque onde trabalha quase três mil pessoas, há de tudo, né? Não é porque você vê uma pessoa ali desmantelada que trabalha lá, pronto agora... Vai uma menina que trabalha lá na "amarelinha" [prostíbulo], faz uma ficha lá e entra. O que é que ela vai ser lá? O que ela é ali? (Maria Neuda).

Alguns bares e lanchonetes próximos à fábrica foram mencionados como pontos de encontros amorosos, por isso são "mal vistos", principalmente, pelas operárias casadas, pois, segundo elas, isso afeta "sua moral". Afirmaram não frequentar esses espaços, uma vez que para lá vão homens em busca de aventuras e mulheres tidas como "erradas." Muitas trabalhadoras evitam conversar com colegas homens por receio de serem "mal interpretadas", confundidas com algumas colegas tidas como "saidinhas" ou serem alvo de "mal-entendidos" e conflitos.

Uma mulher com amizade com homem não é bom. O povo fica logo falando (Cícera).

Tem muita mulher lá que fica paquerando, fofoca vai, troca de telefone. Ai surge o caso que eu vi lá. Muitas mulheres já foram bater na porta da fábrica por causa do marido, por causa da mulher que trabalhava junto com ele (Andréia).

A julgar pelo que relatam as entrevistadas, histórias de difamação envolvendo trabalhadoras parecem ser comuns. Uma delas nos conta que já foi vítima de difamação e que ficou em depressão por vários meses, perdeu oito quilos em menos de um mês e só sentia vontade de morrer. Segundo ela, seu cunhado saiu comentando que ela tinha um amante na fábrica e o caso acabou na delegacia de polícia.

Eu acho que eu já tava com depressão. Quando eu passava, que as pessoas olhavam pra mim, eu achava que estavam falando de mim, que era mulher casada errada. Aonde eu chegava, pra mim, as pessoas estavam olhando pra mim, comentando alguma coisa. Agora eu estou me sentindo melhor, não consigo entender porque isso aconteceu comigo. Ainda pensei em pedir minhas contas. Eu estava desesperada, pensando como é que uma pessoa é capaz de fazer um negócio desses. Alguém que não lhe fez mal. Se eu tivesse feito algum mal pra ele, tudo bem. Mas eu pessoa que convivia com a gente, não sei não, como

é que existem pessoas pra praticar tanta maldade
(Ana Paula).

O ambiente da fábrica, que, para muitos, é inadequado para mulheres, é motivo de crises conjugais e/ou familiares. Todas as entrevistadas relataram que a entrada na fábrica causou receio e insegurança em seus companheiros e que isso ainda é motivo de conflitos. As operárias lidam também com o temor de se tornarem alvos de comentários pejorativos, por isso buscam mostrar que são diferentes daquelas que são consideradas “desmanteladas”, “erradas”.

Assim, quando foi pra eu entrar lá, ele [o marido] não queria de jeito nenhum. Disse que lá só dava mulher errada, que não sei o quê. Quando fui ao SINE pegar a carta, ele não queria deixar, eu não tinha o dinheiro da passagem, eu subi e desci a pé, e ele foi do contra até o fim. E eu disse que ia e fui! E também consegui porque ele dizia que eu não ia conseguir (Ana Paula).

Não, a mim mesmo não me incomoda não, porque eu mesmo me dou ao respeito, cada um que faça sua parte, né? E canso é muito de dizer. Tem umas vizinhas minhas que – na época eu as convidei pra gente ir pegar a carta e elas não quiseram ir porque os maridos não deixavam – disseram que lá só dava mulher errada. Aí eu falei pra elas: “onde você se dá ao respeito, onde entrar você sai com respeito, agora se você não se dá ao respeito!” (Maria dos Prazeres).

Outro motivo de conflito, de aumento das inseguranças e de existência de desconfianças de companheiros ou namorados, é o trabalho em turno noturno, uma vez que isso força as trabalhadoras a passarem a noite fora de casa ou a voltarem no meio da madrugada. Nesse caso, qualquer atraso ocorrido na saída da fábrica precisa ser justificado:

Tinha muitas vezes que o carro atrasava, aí chegava em casa tarde, o marido queria bater, porque às vezes não tinha como chegar no horário. O carro atrasava, tinha muita gente pra ir deixar, não tinha como chegar no horário certo. O carro ia deixar uma parte, aí vinha pegar a gente. Tinha muitos dias que os maridos estavam na pista esperando (Maria Edileusa).

As desconfianças, às vezes, são baseadas no fato de que algumas trabalhadoras deixam de utilizar o transporte da fábrica para voltar ou se encontrar com alguma colega, o que costuma ser percebido como uma atitude provocadora ou ameaçadora.

Em vez de estar trabalhando, fica marcando encontros. As mulheres saem de 1h da manhã e muitas vezes elas ficam lá. O ônibus vai embora e elas dizem que

não vão pra ir de moto depois (Andréia).

Até a Constituição de 1988, o trabalho noturno era restrito aos homens. A elevação da participação de mulheres no mercado de trabalho forçou a mudança e, então, as mulheres passaram a compartilhar, juntamente com os homens, direitos, obrigações e consequências desse tipo de jornada. Se para os homens o turno noturno tem implicações importantes na saúde, na vida social e afetiva, para as mulheres o problema pode ser ainda mais complexo. Para elas, a jornada não termina quando saem da fábrica, mas se estende com as tarefas domésticas. Então, quando deveriam repousar, como é mais comum aos homens, elas iniciam o “terceiro turno”, o doméstico. Mas não só. À noite, enquanto toda a família se recolhe, ela trabalha, mantendo parte da atenção na tarefa que realiza e parte nos filhos e/ou no companheiro que ficaram em casa.

Pro homem, nem tanto, mas pra quem é mulher é muito puxado. A maioria das mulheres que eu via ali era tudo cansada, era tudo cochilando, preocupada com filho doente, não dormia direito de dia (Cícera).

É, a não ser que... Como se fosse o horário de antes, né? Que antes de eu entrar lá, disseram que tinha um horário que era de 14h às 22h da noite. Ai já era bem diferente, dava pra dormir à noite e você já dava pra você estudar e fazer seus afazeres de casa, mas pra os outros horários já não dá. É que eu pretendo terminar os meus estudos (Ana Paula).

Mas eu só posso trabalhar nesse turno, porque eu não posso pagar uma pessoa pra ficar com ela [a filha]. Como é que dá? Só dá pra sobreviver (Maria Neuda).

Apesar de relatarem que durante o dia é o melhor horário para cuidar das atividades domésticas, a tarefa se mostra bastante árdua devido aos horários de escola e de outras atividades dos filhos, impossibilitando organizar o sono e participar da vida social do lugar:

O dia todinho, seu corpo só quer cama, você não sabe nem receber uma pessoa na sua porta, porque você está de olho inchado, de cara inchada, é fora da natureza (Maria Neuda).

As tensões do trabalho fabril, os inconvenientes do trabalho noturno, somados às responsabilidades das mulheres com o sustento da casa e os conflitos familiares, são destacados como os principais desencadeadores de problemas de saúde nas mulheres, tanto físicos como psíquicos. Quase todas as entrevistadas relataram ter tido problemas de depressão e descontroles emocionais que interferiram no trabalho e no convívio social.

A segunda vez que eu saí é que eu tava só chorando direto lá, por qualquer coisinha eu chorava. Não foi bem uma depressão, mas eu tava bem perto de uma depressão. Todo mundo, as meninas lá ficavam preocupadas comigo. Eu não tava dando conta lá do serviço direito. Isso tava me perturbando muito. Ainda bem que hoje ele [o marido] não me perturba mais e eu estou conseguindo controlar mais minha vida (Maria Neuda).

As trabalhadoras falam de tensões permanentes que envolvem o trabalho com máquinas que oferecem riscos de acidentes, especialmente no horário noturno, devido ao sono e ao cansaço. Há casos de trabalhadores, tanto homens como mulheres, que foram mutilados pelas máquinas e isso é sempre fonte de preocupação e até mesmo de algum temor. É comum os acidentes serem tratados, pelos empregadores, como resultado da distração e da falta de atenção dos operários, responsabilizando-os e culpabilizando-os pelos próprios infortúnios. Essa visão, não raro, é introjetada pelos próprios trabalhadores, o que os impede de perceberem a relação entre a ocorrência de acidentes e as condições inadequadas de trabalho, a falta de segurança e de treinamento.²¹ Sobre os acidentes de trabalho, relatam as entrevistadas:

²¹ Carlos Alberto SILVA et al., 1993; e RIGOTTO, 2008.

Já vi os dedos de meus colegas que ficavam debaixo da máquina, eu morria de vomitar (Eliane).

Porque é assim, você tem que tá muito atento em tudo lá (Maria Edileusa).

Um dia eu ia perdendo minha cabeça lá. Por causa de uma luva lá na conformagem. Lá tem umas máquinas pra prensar, pra sair conformadas as palmilhas. Que é assim, ela fecha. Numa das que têm uns buracos assim em baixo. Eu tinha pedido a luva da colega, aí a luva cai debaixo, aí isso aí ia ser o quê? Completamente minha culpa! Quando a máquina fechou, eu vou boto a cabeça lá debaixo e vou tentar pegar a luva. Foi que a outra meina que tava do outro lado disse: "Neuda, tu tá esquecida de que a máquina vai baixar?" Quando ela disse isso, eu também só fiz isso, meu cabelo ainda ficou enganchado lá. Eu e ela ficamos desse jeito. Eu dum lado, ela do outro, amarela, amarela, uns cinco minutos. A máquina baixou e nós olhando uma pra outra. Aí ela disse: "olhe, você tá me devendo sua vida, eu salvei sua vida neste instantinho." Nós ficamos assim, uns quinze minutos sem ação (Maria Neuda).

Nos casos mais graves de descontroles emocionais as trabalhadoras relatam que não conseguem operar as máquinas, por isso são encaminhadas para atendimento médico:

Eu cheguei na firma, aí seu Jairo notou. Ele disse assim: "Dona Maria, o que é isso? O que é que a senhora tem?" Eu fui conversar com ele. Aí, ele disse: "você não vai enfrentar a máquina hoje não". Eu fiquei recuada lá na enfermaria, me deram um calmante e eu fiquei assim. Passei dois dias assim. Ele não deixou eu enfrentar a máquina porque disse que tinha medo de acontecer alguma coisa comigo. Eu chorava, chorava. Isso aqui meu era inchado de chorar (Maria dos Prazeres).

Alguns cuidados com a segurança no trabalho só foram tomados depois de muitos acidentes, o que não significa que não mais ocorram:

Agora eles estão fazendo um maior trabalho, eu não sei por que tá acontecendo tanto acidente. Eu acho que é mais a falta de atenção. Tem muita gente que trabalha muito conversando e trabalha com máquina. Eu mesmo morro de medo, presto muita atenção (Eliane).

É, cada dia vai acontecendo as coisas, antigamente ninguém usava touca, trabalhava de cabelo solto. Hoje todo mundo usa uma touca. Vai trabalhar na cola? Opa! Tem que usar uma toquinha e o cabelo preso. Não pode cabelo solto, porque uma menina uma vez enganchou o cabelo lá e entrou o cabelo dela todinho, ele ficou rodando assim, ela lá com a cabeça assim. Ela vai rolando assim, aí ela baixou a cabeça, no que ela baixou, começou a enrolar, né? Vinha um que ligava, vinha outro que fazia era desligar. Ficou aquela confusão toda, aí foi que chegou um e desligou na tomada tudo, pronto. Aí parou ali e cortaram o cabelo dela. Faz pouco tempo que uma menina enrolou o cabelo lá, mas já tava preso, né? Só foi o rabo do cabelo. Já tem um produto lá que eles usaram e já lavou e tirou a cola e não foi preciso cortar o cabelo dela. Cada dia eles tentam melhorar (Maria Neuda).

Uma das entrevistadas fala da mutilação que sofreu na fábrica e dos problemas daí decorrentes. Relata-nos que passou por várias funções na fábrica, desde ajudante de produção, revisão e até operadora de máquina. Desempenhando essa última função, chegou a se acidentar, perdendo parte de três dedos. Nessa época, os dois filhos eram pequenos, o que a impossibilitava de dormir durante o dia para repor o sono perdido durante a noite. Isso a levava a trabalhar cansada e com sono. As limitações provocadas pelo acidente e a falta de indenização geraram revolta e, segundo ela, chegaram a causar depressão e dificuldades para realização dos trabalhos domésticos:

Eu entrei em depressão, queria morrer! Assim a gente vive trabalhando pra sustentar os filhos, aí acontecem

essas coisas assim de repente. Quando pensa que não, já aconteceu. Eu fiquei revoltada, é sério, eu não queria nem ficar lá na empresa, mas eles não botavam pra fora e eu com desgosto porque tinha dois filhos pequenos. Eu não podia fazer nada, nem lavar uma roupa, até hoje às vezes eu pego uma garrafa e cai (Cícera).

As exigências de produtividade, tendo como alvo o cumprimento de metas, somadas às condições inadequadas de trabalho, são elementos determinantes tanto para a ocorrência de acidentes de trabalho como também para o surgimento de doenças e transtornos relacionados ao trabalho.²²

²² BARRETO, 2003; e RIGOTTO, 2007.

As mulheres entrevistadas, geralmente, associam seus transtornos emocionais ao temor dos acidentes ou à rigidez e à disciplina no trabalho, ou então ao estigma da fábrica. O que elas afirmam com isso é que vivem um intenso sofrimento. Sofrimento, muitas vezes, não revelado, não percebido pelo outro, ou nem mesmo reconhecido como tal, uma vez que ocorre na dimensão da subjetividade. Sendo assim, não pode ser mensurável, quantificável, como salienta Dejours,²³ mas nem por isso é menos concreto. O fato de o sofrimento não ser mensurável, por ser vivenciado como experiência individual e intransferível, não é justificativa para ignorá-lo ou negá-lo.

²³ Christophe DEJOURS, 2005.

O sofrimento, às vezes, vivenciado de forma sutil dificulta a quem o sente identificar suas causas. Mas não se trata somente de sutileza. É comum aos trabalhadores não relacionarem seus sofrimentos de ordem subjetiva ao trabalho que realizam, isso porque, entre outras coisas, também não tem havido, por parte dos profissionais de saúde, uma preocupação em fazer essa associação de modo objetivo.²⁴

²⁴ BORSOI, 2007.

Entre as entrevistadas, o sofrimento foi revelado muito mais por interferir nas questões que envolvem a relação com a família e com o cotidiano do trabalho que para expressar sentimentos relacionados diretamente à questão da saúde propriamente dita.

O trabalho na fábrica e a violência doméstica

Os conflitos conjugais nesse contexto culminaram em agressões verbais, físicas e até ameaças de morte contra as mulheres, o que motivou a procura pela Delegacia da Mulher com registros de boletins de ocorrências. Das 14 mulheres entrevistadas, 13 foram agredidas pelos companheiros e apenas uma queixa foi prestada contra um cunhado, por difamação.

De acordo com os depoimentos, a justificativa da violência envolve alguns motivos precipitantes, tais como ciúmes, embriaguez e inseguranças. Esses fatores são tidos como impulsionadores de discussões, xingamentos mútuos e destruição de objetos dentro de casa, principalmente quando ocorre o enfrentamento por parte das mulheres. Trava-se uma luta em que insultos, acusações e cobranças de ambas as partes se misturam. Normalmente são situações que antecedem as agressões físicas, tais como as relatadas abaixo:

Ciúme besta e cachaça. Quebrava tudo. Eu até o denunciei uma vez na Delegacia da Mulher. Só vivia bebendo! (Cícera).

Ele tinha muito ciúme. Um dia saímos pra jantar com uns colegas dele, aí começamos a discutir no meio da rua, ele quis falar mais alto do que eu, eu quis falar mais alto do que ele, aí ele me empurrou, foi na hora que eu machuquei o dedo dele, aí ele começou a me bater até sair sangue (Andréia).

Nós chegamos a brigar mesmo, briga mesmo. Porque assim... A vida é muito difícil pra você conseguir. Qualquer coisa que você consegue é difícil. Quando eu via ele destruindo as coisas, eu não aguentava, eu não queria que ele destruísse as minhas coisas. Como é que eu vou comprar uma coisa? Essa daí é testemunha, que essa casa aqui, eu tinha as portas, o guarda-roupa que eu tinha e ele destruiu. No começo eram as coisas, está entendendo? Vingava-se nas coisas e eu ficava chorando calada, mas depois de certo tempo, acho que meus nervos não aguentaram mais aquilo, está entendendo? Eu comecei a partir pra cima, pronto pode parar isso aí, você não vai mais quebrar nada (Maria Neuda).

Em todos os casos estudados, o desemprego ou subemprego do marido ou companheiro foi apontado como motivo desencadeador do conflito, tendo como desfecho a violência. Em todos os casos ocorreram desconfortos por parte das mulheres em relação à condição dos companheiros, envolvendo cobranças e reclamações:

Se continuar assim, não dá pra viver. Ele não dá nada e eu passo na cara dele. Acho que ele se sente humilhado. A gente briga demais, porque quando começa a namorar tudo bem, mas quando se casa é uma responsabilidade que ele devia ter (Lélia).

Porque ele dizia assim: "depois que ela entrou na fábrica ela está se achando a tal!" Eu sempre paguei tudo, mas nunca passei na cara não (Maria do Socorro).

Porque a cabeça da família sempre fui eu! O terreno da casa lá embaixo fui eu que comprei! E ele gosta de beber, então na família sempre fui eu à frente de tudo (Cícera).

Uma entrevistada relata que seu marido não suportava vê-la sair para trabalhar quando ele tinha que ficar em casa, por estar desempregado. Essa foi a razão alegada para ele ter começado a beber e, consequentemente, agredir-la inúmeras vezes, o que a levou a denunciá-lo em sete ocasiões na Delegacia da Mulher.

As agressões não se limitavam ao espaço doméstico, mas se estendia também à rua e à frente da fábrica. Esta, por sinal, é uma prática tida como usual entre os maridos. Muitas entrevistadas relataram que, imbuídos de ciúme e desconfianças, seus companheiros as seguiam no trajeto da fábrica, aguardando-as no final do expediente e iniciando discussões e agressões ali mesmo:

Ele me seguia e chegou a bater em mim na frente da fábrica (Maria do Socorro).

Ele começou a me bater na rua até sair sangue. No outro dia eu fui trabalhar de cara inchada (Andréia).

Cheguei a me separar dele. Ele me batia no meio da rua, todo mundo vendo. Pense! (Cícera Félix).

Essas agressões na rua e em frente da fábrica são relatadas pelas mulheres como causadoras de mais indignação e vergonha. Algumas só decidiram denunciar depois que as agressões ocorreram no espaço público. Nesse caso, parentes, amigos e colegas de trabalho encorajaram-nas a prestarem queixa. O fato de a agressão se tornar pública fez com que as mulheres buscassem dar respostas igualmente públicas como forma de não compactuarem com o comportamento de seus companheiros. Uma entrevistada fala que só atentou para a queixa quando foi atendida no pronto-socorro e o médico a indagou sobre o ferimento na boca, sugerindo que era caso de denúncia.

Além do uso da força física para agredir as companheiras, os homens lançam mão de expressões pejorativas para desqualificá-las. “Vagabundas” ou “mulheres fáceis” são termos usados como forma de atingi-las, bem como a atribuição de amantes. Os contatos com muitos homens no trabalho e o horário noturno tornam os companheiros inseguros, principalmente quando as mulheres não estão dispostas para o sexo. Então, o trabalho na fábrica se torna motivo de ciúmes, de desentendimento e também de agressões:

Sabe, [ele está com ciúme] de eu ter que ficar sentada com os homens, e eu no meio fornecendo [material de trabalho] para um homem. Não tem nada a ver! É só amizade! (Maria do Socorro).

Tem homem que pensa que, porque você está ali na fábrica, vai se interessar por outros homens que estão lá dentro (Maria do Socorro).

Na última vez que ele me bateu, ele botou uma faca no meu pescoço, quebrou um bocado de coisa minha. Porque assim, a pessoa estando trabalhando se estressa demais e eu trabalhava à noite e tinha que dormir durante o dia. Aí ele me procurava nas horas que eu estava dormindo. Aí ele começou dizendo que eu tinha outro. Depois que eu saí de lá eu arrumei, mas foi depois (Maria da Penha).

O histórico de brigas e agressões, entretanto, é entremeado por reconciliações e promessas de mudanças, que, geralmente, não duram muito tempo. Agressões reincidentes resultaram em separações entre os casais em quase todos os casos, principalmente quando ocorreram ameaças.

Vai fazer dois anos [da separação]. Nós ainda tentamos, voltamos umas três vezes. Eu ainda disse: "tá, você vai viver direitinho? Quer viver direitinho? Cuidar da nossa filha direitinho?" Ele dizia que queria, chorando e se humilhando, mas depois, com uma semana, duas, tava tudo do mesmo jeito (Maria Neuda).

Ele parou, mas sabe que se fizer de novo eu não fico mais com ele. Voltei porque os meninos eram pequenos e ficavam chorando pedindo pra eu perdoar, aí eu perdoei (Cícera Félix).

Ele me ameaçava, dizia que ia me matar (Maria do Socorro).

Das 14 entrevistadas apenas três permanecem casadas com os primeiros companheiros; 11 estão separadas. Das 11 separadas, três já se encontram no segundo casamento, duas já passaram pelo segundo casamento, mas também já se separaram novamente. Nesses dois casos, as mulheres também foram agredidas pelo segundo companheiro. As que estão sozinhas demonstram certa resistência quanto à possibilidade de encontrar um novo companheiro. Dizem que não se submetem mais a situações constrangedoras vivenciadas em relacionamentos anteriores, por isso preferem viver sozinhas. No máximo estão dispostas a experimentar envolvimento "mais leves", sem compromissos.

Esse quadro é indicador de mudanças na vida familiar, sendo a subordinação ao homem agora discutida. Não estamos falando de rompimentos dos papéis

tradicionais de gênero, mas sua reconfiguração a partir da maior ou mesmo total autonomia financeira. A dominação é questionada e rupturas acontecem de forma contínua.

Considerações finais

Nestas últimas décadas, com a globalização capitalista, novos territórios foram incorporados à dinâmica do capital. Cidades nordestinas, antes conhecidas apenas por sua riqueza cultural – entendida como costumes, artesanato, religiosidade, considerados típicos –, assistem à instalação de fábricas e de grandes empresas, reproduzindo, um século depois do início da industrialização no Brasil, o trabalho rotineiro e alienado, caracteristicamente de tempos pré-flexíveis. Fábricas produtoras de componentes ou apenas montagem de produtos como calçados e confecções, grandes absorvedoras de mão de obra, utilizam o que a região oferece de abundante, essa mesma mão de obra.

Embora haja distância dos centros consumidores no País e fora dele, o que, em princípio, poderia dificultar o escoamento da produção, a instalação dessas fábricas se justifica, uma vez que as novas tecnologias informacionais e de transporte eliminam a dualidade tempo-espço como problema. Contudo, essa mesma tecnologia ainda não dispensa força humana de trabalho, e a fábrica vai para onde ela é mais abundante e barata.

Assim, as fábricas se tornam um fator a mais de inclusão de espaços ainda pouco industrializados na economia global e aproveitam características próprias desses lugares: trabalhadores inexperientes na vida fabril e sindicatos que já nascem frágeis, quando não são criados pelas próprias empresas, visando evitar reivindicações, resistências e mobilizações coletivas de maior peso.

Obviamente que não é possível falarmos de uma classe operária em formação e em luta por transformações. O que estamos presenciando são grupos de trabalhadores, e aqui trabalhadoras, que estão mudando de forma lenta, mas contínua, sua vida cotidiana, distantes das mobilizações coletivas e das organizações sindicais. Contudo, nessas ações e reações, estão contidos elementos fundamentais para transformações de maior alcance.

É nesse contexto que se encontra o Cariri cearense, região da fábrica referida pelas trabalhadoras, cuja experiência familiar, de trabalho e de violência analisamos neste artigo.

Para mulheres que antes eram donas de casa, empregadas domésticas ou trabalhavam em atividades informais, a entrada na fábrica representou certa autonomia

econômica e abriu novos horizontes culturais, uma vez que se sentiram inseridas no espaço público, começaram a criar novos círculos de sociabilidade e entraram em contato com informações e ideias que circulam no espaço coletivo fabril. Diferentemente do que ocorre com as informações veiculadas pelos meios de comunicação presentes na cidade e na região – que, em geral, são apreendidas, reinterpretadas ou mesmo absorvidas de maneira relativamente passiva –, o ambiente fabril, de certo modo, oferece maior possibilidade de fazer com que ideias e informações se tornem ações, sejam elas individuais ou coletivas.

Desse modo, as mulheres, agora na condição de operárias, começaram a pôr em questão as relações tradicionais de gênero e a dominação masculina. Não que isso tenha significado, até o momento, grandes rompimentos no que diz respeito aos papéis sociais de gênero, mas tem oferecido elementos importantes para que elas passem a assumir posturas mais ativas nas relações amorosas e familiares. Assim, as decisões sobre despesas domésticas já não permanecem apenas nas mãos dos homens, os casamentos já não se mantêm sob qualquer condição e apenas por mera formalidade social, e a violência cotidiana é questionada e, até mesmo, denunciada. A experiência dessas trabalhadoras nos mostra que ocorreram redefinições nas estratégias de sobrevivência, bem como reconfigurações nas estruturas de poder no âmbito familiar.

A fábrica impõe horários de trabalho e relações sociais consideradas perigosas. Homens e mulheres ainda jovens compartilham não somente o mesmo espaço fabril, mas também a jornada noturna e o deslocamento trabalho-casa durante a noite ou na madrugada; indicando com isso que a mulher agora está na rua, e, como tal, sujeita às tentações e aos pecados dos quais são agentes e vítimas ao mesmo tempo.

Uma vez sentindo-se na mesma posição que os homens, no que diz respeito ao trabalho formal (com carteira profissional assinada, contracheque, conta bancária etc.), essas mulheres se descobrem cidadãs e consumidoras, com direitos e desejos de se tornarem bonitas e, com isso, mais perigosas, ao menos na percepção de pessoas inseridas em uma cultura marcadamente machista e ainda com fortes traços patriarcais. A cidade fala, as brigas com companheiros ou namorados acontecem em frente à fábrica, muitas vezes apanham ao chegarem em casa, mas agora não se calam e não se aquietam. Ao contrário, lutam por seus direitos enquanto mulheres e procuram preservar a nova condição social conquistada: a de *operária*.

Desse modo, denunciam as agressões e os maus-tratos sofridos em casa e na rua, respondem aos olhares reprovadores de determinados moradores do lugar com boletins de ocorrência nas delegacias. Tornam-se, destarte, protagonistas das próprias vidas, indicando que estão dispostas a assumir as consequências das mudanças culturais que acompanham e interagem com alterações na produção.

Referências

- ABRAMO, Lais. "Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro". *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
- ARAÚJO, Iara Maria de. *Os novos espaços produtivos: relações sociais e vida econômica no Cariri cearense*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- BARRETO, Margarida. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2003.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BORSOI, Izabel Cristina F. *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Edições UFC, 2005.
- _____. "Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental". *Psicologia & Sociedade*, v. 19, Edição Especial 1, p. 103-111, 2007.
- DA MATTÁ, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. 2 v.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. "A ilusão do atalho: a experiência operária da pequena burguesia em descenso". In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araújo. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 149-180.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- JOSHI, Chitra. "Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho". *Revista Mundos do trabalho*, ANPUH, v. 1, n. 2, p. 147-170, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos. *Trabalho, mercado e formação de classe: estudo com operários fabris em Pernambuco*. João Pessoa: Editora UFPB, 1996.

- _____. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- MACIEL, Regina H. et al. "Auto-relato de situações constrangedoras no trabalho e assédio moral nos bancários: uma fotografia". *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 117-128, 2007.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- RAGO, Margareth. "Trabalho feminino e sexualidade". In: DEL PRIORI, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 578-606.
- RIGOTTO, Raquel. (Coord.). *Violência e trabalho: acidentes de trabalho e humilhação na indústria calçadista do Ceará*. Fortaleza, UFC, 2007. Relatório de Pesquisa – CNPq.
- RIGOTTO, Raquel. *Desenvolvimento, ambiente e saúde: as implicações da des-localização industrial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- SILVA, Carlos Alberto D. et al. "Construindo o progresso". In: BUSCHINELLI, José Tarcísio P.; ROCHA, Lys Ester; RIGOTTO, Raquel Maria (Orgs.). *Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993. p. 294-320.
- TELLES, Vera da Silva. "A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo". *Tempo Social – Revista da USP*, v. 4, n. 1-2, p. 53-93, 1994.

[Recebido em 21 de agosto de 2009,
reapresentado em 15 de junho de 2010 e
aceito para publicação em 6 de outubro de 2010]

Women Workers in the Brazilian Northeast: Factory, Family and Domestic Violence

Abstract: *In this article, we will argue about the changes represented by the entrance of women in the factory work in a region of recent industrialization, aiming at verifying to which extent such insertion, in a context of employment crisis in a region marked by informal labor activities, has influenced the redefinition of the family roles and increased conflicts that cause domestic violence. A group of 14 women workers that denounced the domestic violence in Crato City, Ceará State, was observed. We intend to recoup the changes perceived by these workers in its life of work and its ordinary life. The women entrance in the public sphere tends to pressure for changes in the traditional roles of gender with distinct gradations, since adjustments in the domestic life until disruption of the family group.*

Key Words: *Women Workers; Gender Roles; Factories in Brazil Northeast; Domestic Violence.*